



**CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO” CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

Linha de pesquisa: Conflitos de Água e Impactos Ambientais

CLEMILSON DE FRANÇA CARDOSO

**“RASGOS NA TERRA PARA PASSAGEM DA ÁGUA”:
Transposição do Rio São Francisco e politicagens em
trechos do Semiárido paraibano**

**GUARABIRA – PB
2014**

CLEMILSON DE FRANÇA CARDOSO

**“RASGOS NA TERRA PARA PASSAGEM DA ÁGUA”:
Transposição do Rio São Francisco e politicagens em
trechos do Semiárido paraibano**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades “Osmar de Aquino”, Departamento de Geografia, realizada como exigência para a obtenção do título de licenciado, sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

GUARABIRA – PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE GUARABIRA/UEPB

C268r Cardoso, Clemilson de França

"Rasgos na terra para passagem da água" [manuscrito] :
transposição do rio São Francisco e politicagens em trechos do
semiárido paraibano / Clemilson de França Cardoso. - 2014.
46 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Belarmino Mariano Neto, Departamento de
Geografia".

1. Impacto ambiental. 2. Transposição do rio. 3.
Politicagem. I. Título.

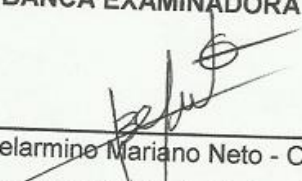
21. ed. CDD 910

CLEMILSON DE FRANÇA CARDOSO


**“RASGOS NA TERRA PARA PASSAGEM DA ÁGUA: Transposição
do Rio São Francisco e politicagens em trechos do Semiárido
paraibano”**

Monografia aprovada em 07/03/2014

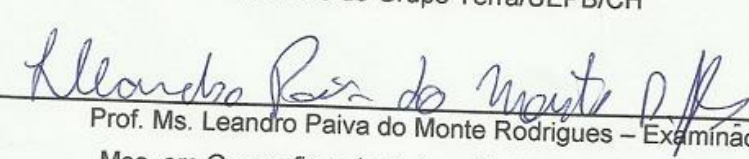
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto - Orientador
Dr. em Sociologia/Universidade Federal da Paraíba.
Professor do Curso de Geografia UEPB/DG/CH



Prof. Ms. Valnir de Menezes Campos - Examinador
Msc. em Desenvolvimento e Meio Ambiente/Universidade Federal da Paraíba
Membro do Grupo Terra/UEPB/CH



Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues - Examinador
Msc. em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba
Professor do Curso de Geografia UEPB/DG/CH

Guarabira-PB
2014

Dedico este trabalho, aos meus pais pelo apoio, incentivo e confiança que me devotaram em todos esses anos de estudos, meus exemplos de força e determinação, ao meu orientador pelas valiosas orientações, dedicação e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em primeiro lugar por ter iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida;

Aos meus pais, José Cardoso da Silva e Irene de França Cardoso, aos meus irmãos Cristiano de França Cardoso, Eduardo de França Cardoso e Josemar de França Cardoso por sempre terem me apoiado e me incentivarem para continuar em todos os momentos, mesmo diante das dificuldades.

As instituições de ensino e os profissionais da educação que contribuíram com a minha formação, desde o processo de alfabetização até ao ingresso na Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, Guarabira/PB.

Aos meus Amigos de sala da turma 2010.1, Simone, Wellington, Rafael, João Bosco, Webson, Daniel, Jeyse, M^a Kalinne, M^a do Céu, Maria José, M^a do Socorro Marcelo, Jaciele, Robéria, Tarcisio, Francisca Aline. Pelos momentos que passamos juntos durante esses quatro anos de academia e com os quais compartilhei momentos inesquecíveis da minha vida dentre eles: as aulas de campo, os congressos, as discussões, os momentos de comemorações e em linhas gerais resumo essa turma em duas palavras: “força e união”.

Aos professores que fizeram parte desses longos anos de vida acadêmica em especial: ao Prof. Carlos Antonio Belarmino Alves por ser, uma pessoa com quem mantive laços antes mesmo de ingressar na Universidade e quando me encontrou lá me acolheu e me motivou a engajar pelo caminho da pesquisa, diante disso comecei a participar de alguns eventos científicos começando a escrever alguns trabalhos para serem apresentados em ambos, sua contribuição foi fundamental na minha vida acadêmica.

A prof. Luciene Vieira de Arruda por ter me motivado a ingressar em movimentos estudantis como exemplo o Centro Acadêmico de Geografia- CAGEO Prof. Milton Santos, na posição de presidente do centro acadêmico de geografia e representante dos alunos, formamos uma equipe para organizar e realizar alguns eventos que há muito tempo não aconteciam dentro do Curso de Geografia dentre eles: a V Semana de Geografia do curso, evento esse que aproximou os alunos muito do ensino, pesquisa e extensão premissa da UEPB e a organização de outros eventos como a comemoração do dia do geógrafo com o lançamento do livro geografia e território, planejamento urbano rural e ambiental , com uma coletânea de

artigos elaborados por alunos do curso de especialização e orientados pelos docentes do curso de geografia da UEPB dentre outros.

Ao professor Belarmino Mariano Neto pela disposição, paciência, competência, responsabilidade, comprometimento e dedicação concedida a mim e aos alunos do curso de Geografia que esteve sempre presente no momento de solicitar transportes para eventos científicos fora da Região Nordeste e nas organizações de eventos acadêmicos internos na UEPB, e a sua contribuição durante todo esse período de pesquisa e elaboração desse belo trabalho acadêmico.

Ao Professor Edvaldo Carlos de Lima por ter despertado o interesse para trabalhar com questões referentes aos conflitos pela água a partir de um trabalho de campo para discutir algumas questões unindo a teoria e a prática.

Aos que ainda se encontram na instituição da UEPB e também aqueles que por motivos maiores já nos deixaram em especial o Alexandre Peixoto que me motivou a trabalhar com essas questões de conflitos sociais campo de estudo da Geografia Agrária, a Amanda Marques, Alecsandra, Yure e os demais por ter proporcionado uma aprendizagem de qualidade e despertar a curiosidade de sempre estar buscando novos conhecimentos a todos vocês que fizeram brotar a semente do conhecimento em minha vida o meu muito obrigado!

Aos funcionários da UEPB campus III, em especial a Amarildo, Tânia, Elisângela, Rejane, os vigilantes, a dona Lúcia da barraca onde por muitas vezes fiz minhas refeições e conversava com algumas pessoas.

À Banca Examinadora, Professores: Belarmino Mariano Neto, Leandro Paiva Do Monte Rodrigues, Valnir de Meneses Campos, pelas orientações e contribuições nessa pesquisa.

Aos integrantes das entidades do movimento social de Guarabira/PB, Serviço de Educação Popular - SEDUP e da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência - FCD, Gisânia, Marcos, Wanderson, Dinalva, Luciel, Israel, Severino, Jaceline e Euzelma, pessoas que estão presentes no meu cotidiano e a quem tenho um grande estima e carinho.

Aos companheiros ao longo da jornada: Simone, Wellington, Suziane, Ramon, Amanda, Ana Carla e Marcondes pelo apoio, carinho, compreensão e incentivo que me foram prestados para que eu pudesse desenvolver com sabedoria e concluir minha monografia. Enfim, a todos meus sinceros agradecimentos.

O rio São Francisco é uma riqueza
Nasce lá na Serra da Canastra
Corta serras, matas e vales.
Desenha o seu percurso na natureza.
Passa por aqui e banha nossa região
Serve ao povo sua água pura
Mata a sede e molha a agricultura
E ainda, faz caminho através da navegação.
É um rio que só traz alegrias
Para as famílias do sertão.
E, agora vem o homem
Falar em transposição
Levar as águas do rio
Para outras regiões
Que hoje sentem falta d'água
Nas casas, açudes e plantações
Devido aos problemas causados
Pelas queimadas, desmatamentos e
poluições
Feitos de maneira aleatórias
No nosso "Grande Sertão Veredas"
Mudando assim a história
Que um dia falou das grandezas.
Silvana Maria Nogueira Leite Petrolina - PE.

043 – Curso de Licenciatura Plena em Geografia

CARDOSO, Clemilson de França. “RASGOS NA TERRA PELA PASSAGEM DA ÁGUA: Transposição do Rio São Francisco e politicagens em trechos do semiárido Paraibano”. Monografia (Curso de Geografia, UEPB, na Linha de Pesquisa: conflitos de água e impactos ambientais, orientado pelo prof. Dr. Belarmino Mariano Neto). 2014, 46 p.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – UEPB/CH/DG - Orientador

Prof. Ms. Valnir de Meneses Campos - UEPB/CH/GTPURA/CNPq- Examinador

Prof. Ms, Leandro Paiva do Monte Rodrigues – UEPB/CH/DG - Examinador

Resumo

O conflito pela água é o foco principal desse estudo que é visto como uma forma de resistência, em geral de modo coletivo com a finalidade de garantir o uso e a preservação dos recursos hídricos e da luta para a construção de barragens e açudes, da rede hidrográfica e a cobrança do uso da água no campo, contra a apropriação privada aos latifundiários e ao agronegócio, transformando a água de recurso para todos em um recurso privado a poucos. O objetivo com este estudo é analisar o conflito pela água na Paraíba, a partir da Transposição do Rio São Francisco para o Eixo Leste e parte do Eixo Norte em Sousa/PB. Nesse sentido, no que se refere aos aspectos metodológicos foram feitos trabalhos de campos, levantamentos de dados junto a órgãos públicos, entrevistas, registro de imagens, entre outras ações que viabilizaram tal análise. Foram identificados trechos do canal da transposição, entre os municípios de Sertânia em Pernambuco e Monteiro na Paraíba, entre os anos de 2011 a 2013 e a situação da transposição do Rio São Francisco, no assentamento nova Vida I, no Município de Sousa/PB e o acampamento Xique-Xique no Município de Monteiro/PB que na visão dos líderes dos movimentos é desnecessária e que virá apenas a favorecer o agronegócio. Como resultados preliminares na abordagem sobre as dificuldades ao acesso de água potável no assentamento Nova Vida I e acampamento Xique-xique, considerando as vulnerabilidades de riscos a saúde da população, a disponibilidade e problemas com essas águas. Portanto, ressalta-se que o conflito pela água discutido no trabalho de campo é uma dificuldade para alguns assentados do assentamento nova Vida I e Acampamento Xique-xique. Em linhas gerais, “os rasgos na terra sertaneja”, aparece como discurso para a redenção dos nordestinos da seca, se configura como politicagem, pois entre 4 e 9 bilhões de reais estão envolvidos no projeto, mas os movimentos sociais e ambientais percebem claramente que a transposição é uma obra para beneficiar as elites regionais e as empreiteiras de plantão, que ganham milhões dos cofres públicos, sem compromisso social efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Transposição, Politicagem e São Francisco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Delimitação Território do Semiárido Brasileiro	15
Figura 2.	Eixos Norte e Leste (Transposição do Rio São Francisco).....	17
Figura 3.	Mapa representativo da área de abrangência do Projeto de Transposição do Rio São Francisco.....	19
Figura 4.	Visão Parcial da obra do Projeto de Transposição do Rio São Francisco nos limites territoriais de Monteiro/PB e Sertânia/PE.....	20
Figura 5.	Construção do Canal da Transposição do Rio São Francisco nos limites territoriais de Monteiro/PB e Sertânia/PE.....	21
Figura 6.	Problemática da Água, no Uso e o seu Controle no Assentamento Nova Vida I, no Município de Souza/PB.....	23
Figura 7.	O uso da água para o agronegócio no sertão da Paraíba.....	27
Figura 8.	Visão Parcial do Assentamento Nova Vida I, Sousa/PB.....	33
Figura 9.	Reservatórios de água no Assentamento Nova Vida I, Sousa/PB..	35
Figura10.	Açude do acampamento Xique-Xique, Monteiro/PB.....	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BR - Rodovia Federal

CH- Centro de Humanidades

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DG- Departamento de Geografia

FCD- Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência

INSA- Instituto Nacional do Semiárido

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

SEDUP- Serviço de Educação Popular

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O USO E O CONTROLE DA ÁGUA NA PRÉ TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	14
2.1 A visão dos camponeses em assentamentos e acampamentos sobre a transposição do Rio São Francisco.....	22
3 AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA E PELA ÁGUA.....	29
3.1 A transposição do São Francisco na visão de assentados e acampados em território paraibano.....	31
3.2 A distribuição e a qualidade da água no Assentamento Nova Vida I/.....	34
3.3 Caracterização e Localização do acampamento Xique-xique.....	36
3.4 Disponibilidade de água no acampamento xique-xique.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Começamos o estudo, estimulados pelo histórico José Américo de Almeida, que em dezembro de 1923, publicou o livro a “Paraíba e seus problemas”, discutindo entre outros os graves problemas da seca, que assolava e ainda assola os solos do Sertão Nordestino do Brasil. De 1923 para cá, já foram feitas quatro edições (1923, 1937, 1980 e 1984) desse livro (ALMEIDA, 1974).

Se voltássemos no tempo, veríamos que o que existe de novo sobre essa questão da seca no Nordeste brasileiro é um conjunto de grandes rasgos na terra e uma tentativa que já ultrapassa quase uma década, intitulada “Projeto de transposição do São Francisco”, como uma obra eminentemente faraônica, marcada por contradições técnicas, reprovações ambientais e muito uso político de que seria a redenção do Nordeste seco.

A questão central é: até que ponto, esta não será mais uma daquelas obras há serviço dos políticos de plantão, que na busca por votos, utilizam-se dos fenômenos naturais, que se transformam em problemas socioeconômicos para as populações mais pobres?

O objetivo com este estudo é analisar o conflito pela água na Paraíba, a partir da Transposição do Rio São Francisco para o Eixo Leste. Nesse sentido, foram feitos trabalhos de campos, levantamentos de dados junto a órgãos públicos, entrevistas, registro de imagens, entre outras ações que viabilizaram tal análise. Foram identificados trechos do canal da transposição, entre os municípios de Sertânia em Pernambuco e Monteiro na Paraíba, entre os anos de 2011 a 2013. Vale registrar que essa obra sofre um acelerado processo de descontinuidade.

Para a realização do estudo, hipoteticamente partiu-se de algumas questões centrais, tais como: a transposição das águas do Rio São Francisco, solução ou problema? Há uma nítida problemática da água em todo o Nordeste brasileiro e, quanto ao território paraibano, esta se intensifica quanto à oferta e distribuição no semiárido paraibano.

Entre as explicações sobre o conflito pela água estão o crescimento acelerado da demanda por água doce nas últimas décadas, taxas nunca vistas na história. O modelo de sociedade consumista atual, por alimentos, produtos industrializados, para criação de animais, produção agrícola e necessidades diárias dos indivíduos por água, apontam para o rápido esgotamento dos potenciais hídricos

planetários. O consumo doméstico aumentou mais de 35 vezes nos três últimos séculos e quadruplicou em 50 anos (CAMPOS; STUDART, 2001).

O conflito pela água é visto como uma forma de controle, resistência e luta em geral de modo coletivo com a finalidade de garantir o uso e a preservação dos recursos hídricos para as sociedades humanas. Em determinadas regiões do Nordeste brasileiro, como é o caso das regiões áridas e semiáridas, a água constitui um tema extremamente polêmico e, ao mesmo tempo, necessário, uma vez que a água é um bem indispensável para a vida dos homens, mulheres, crianças, demais animais, vegetais e outras formas de vida no Planeta Terra.

Em se tratado da água na perspectiva dos usos sociais, segundo Gleick (2000), a distribuição e o uso desiguais dos recursos hídricos, decorrentes de projeto hidráulico, como é o caso da transposição das águas do Rio São Francisco, podem provocar disputas sobre desenvolvimento, aumentando a importância da água como objetivo estratégico, ou causar uma degradação da fonte de água original, prejudicando as populações que dependem diretamente dessa fonte.

De acordo com dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2011) entende-se por conflitos, atos de resistência e enfrentamentos que acontecem em diferentes contextos sociais no setor ruralístico, estão classificados em: conflito pela terra, água e direitos trabalhistas, entre outros, que acontecem entre a classe social de trabalhadores, latifundiários e por causa do descaso e da má gestão de alguns políticos, sendo um dos desafios enfrentados por um grande número de trabalhadores em assentamentos e acampamentos no século XXI.

Na atualidade, vem sendo discutidos por ambientalistas e políticos a transposição do Rio São Francisco, assim, o portal do Ministério da Integração Nacional (2011), o projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional destaca que é um investimento do Governo Federal, direcionado ao fornecimento de água, para até o ano de 2025, para 12 milhões de habitantes e 390 Municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte que sofrem com a escassez e a irregularidade de chuvas.

Diante desta temática sob um olhar empírico numa concepção geográfica, observa-se que a área de abrangência dos Assentamento Nova Vida I no interior da Paraíba no município de Sousa/PB, e o Acampamento Xique-Xique situado no Município de Monteiro/PB. No qual a pesquisa teve início no período de 14 á 17 de

Maio de 2011. Com a pesquisa de campo foi possível fazer algumas reflexões dos conflitos pela água no Assentamento Nova Vida I e no acampamento Xique-xique. Com essa experiência permitiu compreender as relações existentes no interior dos assentamentos e acampamentos no sentido do uso e controle da água pré-transposição do rio São Francisco.

As informações abordadas nesse estudo é resultado da compreensão vinculada à importância do trabalho de campo para pesquisa em Geografia Agrária. Foram feitas: gravações, entrevistas e questionamentos com os líderes de cada acampamento e assentamento com a finalidade de obter informações a respeito das dificuldades e contradições, encontradas por eles e a sua posição sobre a transposição do Rio São Francisco.

Neste caso, a discussão é sobre a temática das questões agrárias e os conflitos sobre a água a partir dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária que foi acompanhado no interior do Estado da Paraíba. Os temas abordados valorizam a compreensão do espaço geográfico, produzido pela agricultura camponesa e pelo agronegócio tratando-se de uma proposta que visa o intuito de conciliar as idéias, teorias e conceitos.

As divergências de natureza política, os interesses socioeconômicos implícitos no desacordo entre camponeses, trabalhadores e trabalhadoras sem terras e os latifundiários detentores do agronegócio, controladores de grandes porções de terras e de amplos reservatórios de água no semiárido, marcam o sentido dos constantes conflitos regionais.

Já é possível constatar que os rasgos no solo nordestino para a transposição do São Francisco, na verdade se tratam de rasgos territoriais, complexos e contraditórios, pois existe uma ilusão de solução definitiva dos problemas da seca, quando de fato, estão sendo criados outros problemas mais sérios e mais graves, como os impactos ambientais e a ampliação do controle privado da água e da terra, nos mesmos moldes das oligarquias do passado, agora investidas com novos termos como agronegócio.

2 O USO E O CONTROLE DA ÁGUA NA PRÉ TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Para o Ministério do Meio Ambiente (2011), o Semiárido brasileiro se constitui como parte do território nordestino configurando uma paisagem marcada por suas particularidades regionais inserida na gigantesca biodiversidade ambiental e cultural que elucida as peculiaridades bioma caatinga rico em possibilidade turísticas e econômicas, que historicamente ficou relegado aos investimentos de políticas públicas com o olhar para desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômica.

Caracteriza-se por conter clima seco e quente, com evapotranspiração potencial em torno de 2.700 mm/ano, além de solos geralmente pobres e com baixa capacidade de retenção de umidade. Inserido domínios do ecossistema Caatinga que ocupa uma área de 844.453 km² do território nacional e detém a maior biodiversidade entre as regiões semiáridas do planeta (MMA, 2011).

A vegetação é do tipo xerófila e arbustiva, com perda total de folhas durante o período seco. As formas de relevo são predominantes às superfícies aplainadas que variam de 5% a 20%. As condições climáticas caracterizadas por chuvas escassas com os índices pluviométricos entre 300 e 700 mm/ano. As temperaturas máximas variam de 30°C e 36°C e as mínimas entre 20°C e 22°C. Os solos ocupam a maior extensão da área, são pedregosos e rasos, ocorrem também manchas de solos pouco mais espessos (ROSS, 2009).

Para o Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2012), a configuração territorial do semiárido brasileiro distribui-se em um total de 1.135 municípios configurando uma região que estender-se em e nove unidades da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, totalizando uma extensão territorial 980.133,079 km² das regiões Norte e Centro-Oeste, com a população que atinge uma marca de 22.598.318 habitantes em 2010, representando 11,85% da população brasileira ou 42,57% da população nordestina ou, ainda 28,12% da população residente na região Sudeste (Figura 1):

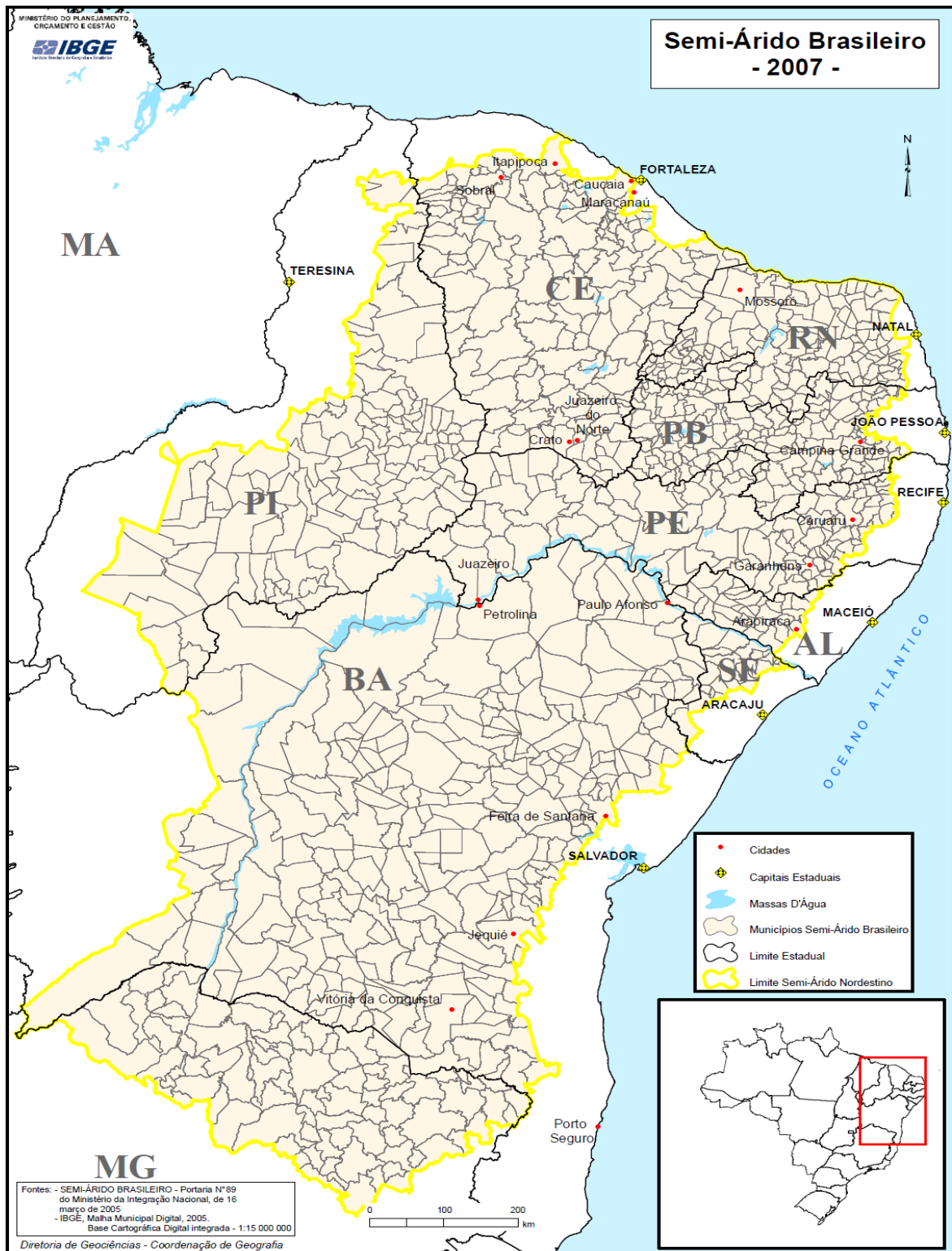


Figura 1- Delimitação Território do Semiárido Brasileiro
Fonte: IBGE, 2007

Segundo estudos desenvolvidos por Coqueiro (2012), o semiárido e a vida do camponês, o mesmo menciona a importância do desenvolvimento do semiárido que precisa estar fundado em bases que tenham como centralidade a natureza em todas

as suas dimensões e a vida dos povos que habitam o grande território do Nordeste de clima semiárido. E assim, investir em políticas públicas de qualidade que aconteça e não apenas em entre linhas de documentos, pois a população precisa de educação contextualizada e emancipatória que valorize a cultura os saberes locais, sendo os pilares da formação de uma sociedade mais justa e igualitária, pois na situação atual não existe a democratização do acesso a terra, água, riqueza, comunicação de massa.

No cenário brasileiro, os conflitos por água aumentaram no decorrer do tempo o movimento social CPT (2011) informou que no ano de 2010 foram registrados 29 conflitos pela água envolvendo aproximadamente 25.255 famílias. Desses 29 conflitos, 11 ou 38% estão relacionados à construção de barragens, concentrados principalmente no Sertão Nordestino.

Almeida (1974, p.21) afirma que “a história das secas e do combate aos seus efeitos não é a mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada unidade tem a sua situação, à parte”. O autor explica isso no começo do século XX, basicamente cinco anos depois da grande seca de 1915, que assolou violentamente todo o Sertão e Agreste Nordestino. Nesse sentido, ele tinha um claro entendimento sobre a questão regional no que tange à questão da seca.

A seca é um fenômeno físico característico, principalmente de regiões de clima árido e Semiárido nordestino. Segundo Magalhães; Oliveira (1999), a região Nordeste tem o seu espaço geográfico constituído por áreas com características diferenciadas, onde se pode destacar o Sertão Semiárido, que é constituído também de serras, cerrados e baixadas. Portanto a questão da seca na região não pode ser abordada de uma forma genérica, nem pode ser banalizada. As características da região Semiárida nordestina são delimitadas pelo polígono das secas e de baixa pluviometria e a evaporação bastante elevada devido à conjugação de altas temperaturas e baixa umidade existente na região.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é destinado a assegurar oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2011).

De acordo com o Portal do Ministério da Integração (2011), o projeto do Rio São Francisco às bacias dos rios temporários do Semiárido será possível com a

retirada contínua de 26,4 m³/s de água que seguirão para o Eixo Norte e para o Eixo Leste. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional apresenta dois eixos. O Norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e o Leste, que beneficiará parte do sertão e as regiões do agreste de Pernambuco e da Paraíba. Cada eixo é dividido em lotes com o total de 14 lotes de obras (Figura 2):



Figura 2- Eixos Norte e Leste Transposição do Rio São Francisco.
Fonte: <http://www.integracao.gov.br/>, <Acesso em: 14/01/2014, 14:50>

De acordo com dados fornecidos do Ministério da Integração Nacional (2011), a Região Nordeste, que possui apenas 3% da disponibilidade de água e 28% da população brasileira, apresenta uma grande irregularidade na distribuição de recursos hídricos, uma vez que o rio São Francisco representa 70% de toda a oferta de água da região.

Essa irregularidade na distribuição interna dos recursos hídricos, associada a uma diferença das densidades demográficas, cerca de 10 hab./km² na

maior parte da bacia do rio São Francisco e aproximadamente 50 hab./km² no Nordeste Setentrional. As águas da Transposição do Rio São Francisco para outras regiões do nordeste a exemplo, de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que nesses estados já se concentram os maiores estoques de água, como os açudes de Castanhão no Ceará, Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte, Coremas Mãe D'água e Boqueirão na Paraíba, vem sendo visto com bastantes desconfianças pelos agricultores camponeses que trabalham no campo (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2011).

Na voz dos camponeses assentados, é comum que os trabalhadores temam que as águas da Transposição do rio São Francisco sejam destinadas principalmente é exclusivamente para a irrigação de monoculturas em terras de grandes latifundiários aumentando cada vez mais miserabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Na visão dos agricultores locais, os mesmos ressaltam que os fazendeiros, grileiros e latifundiários que terão águas disponíveis para a irrigação de monoculturas, nos cinco ou seis meses que os rios da região não correm. É possível ter água disponível para a monocultura e pouca água para os camponeses do semiárido. Com isso, os maiores beneficiados serão os proprietários de grande parte das terras, como já acontece atualmente em relação aos projetos de açudagem que se espalharam pelo sertão nordestino em décadas anteriores.

O projeto de transposição do rio São Francisco delimita o estado da Paraíba em dois eixos: o leste e o norte. O leste que concederá o aumento significativo da oferta de água para os afluentes da bacia do rio Paraíba na altura do município de Monteiro distribuídos pela adutora do Congo, Cariri, Boqueirão e Acauã. Referente ao norte permitirá o abastecimento de cidades integradas à bacia do rio Piranhas, recebidos por cisternas de adutoras tais como: Coremas, Sabugi, Canal de Coremas e Souza (Figura 3).



Figura 3 -: Mapa Representativo da Área de Abrangência do Projeto de Transposição do rio São Francisco.

Fonte adaptada: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>

Segundo Ab'Sáber (2005), a transposição significa apenas um canal tímido de água. O autor é um crítico da forma como o projeto foi institucionalizado, pois acha de duvidosa validade econômica e interesse social. Ele considera que o projeto é de grande custo financeiro para os cofres públicos e que acabaria, por movimentar o mercado especulativo, da terra e da política. Quando pesquisamos a área em questão, foi possível notar essa questão.

Desse modo, a maior parte das águas da Transposição do rio São Francisco será usada para a irrigação de monoculturas como a exemplo do milho, da cana de açúcar e do girassol, deixando de lado a questão do abastecimento das comunidades rurais que estão diretamente ligadas à falta de água provocada pela

seca independente do período do ano. Mas essa ainda não é a questão central, pois o tão divulgado projeto de transposição, com quase dez anos de iniciado, ainda parece estar muito distante de se concretizar, pois muitos trechos da obra estão parados, ou simplesmente não avançaram como previsto (Figura 4).



Figura 4 - Visão parcial da obra do projeto de transposição do rio São Francisco, Monteiro/PB. Fonte: Pesquisa de campo, imagem do autor, 05/2011.

Nesse trecho da obra, em território paraibano, parece que estamos diante de um beco sem saída, pois o trabalho pesado de abertura do canal está paralisado e a parte de construção da em alvenaria simplesmente também está parada. A obra inacabada se arrasta lentamente pelos canteiros e empreiteiras não cumprem nem os prazos, nem os preços referentes às licitações.

Na construção desse trecho do canal de transposição do rio São Francisco entre os municípios de Monteiro/PB e Sertânia/PE é possível notar que os impactos na realização inadequada da obra provocaram significativas alterações no perfil do solo e o curso do rio que, além dos danos ambientais em tais elementos da paisagem no meio natural: no solo, na vegetação nativa, nas rochas, dão a entender que falta um planejamento e um claro desencontro de continuidade do trabalho.

Conforme Guerra e Cunha (2006) destacam que a canalização é uma obra de engenharia realizada no sistema fluvial que envolve a direta modificação da calha do rio e desencadeia consideráveis impactos no canal e na planície de

inundação. As obras alteram a seção transversal, o perfil longitudinal do rio, o padrão do canal, entre outras modificações.

Em outros trechos da obra, aparentemente já existe trabalho adiantado, mas de fato a água acumulada foi de chuvas que haviam ocorrido no período da pesquisa e que simplesmente escorriam das partes já concluídas para os pontos que estavam paralisados (Figura 5).



Figura 5 - Construção do canal da transposição do rio São Francisco, Monteiro/PB
Fonte: Pesquisa de campo, imagem do autor, 05/2011.

Esta imagem é a continuação da fotografia anterior e como observar-se, que já existe água do São Francisco correndo pelos canais de transposição, mas isso é pura ilusão são águas das chuvas que ocorreram nesse período. As águas do rio São Francisco, estão distante da realidade da região, pois a transposição da água passará muito longe dos locais mais secos, onde o quadro de miséria é bastante grave. Nesse sentido, bons projetos são todos aqueles que passam a atender as necessidades de todas as classes sociais regionais de modo justo, longe de favorecimento de apenas alguns especuladores.

Segundo Ab'Sáber (2005) nas discussões que ora se tratavam sobre a questão da transposição de águas do São Francisco no setor do Nordeste Seco, existem alguns argumentos tão fantasiosos e mentirosos que merecem ser

corrigidos em primeiro lugar. Referimo-nos ao fato de que a transposição das águas resolveria os grandes problemas sociais existentes na região semiárida do Brasil.

2.1 A visão dos camponeses em assentamentos e acampamentos sobre a transposição do rio São Francisco

A pesquisa direciona-se pelo foco empírico, através de pesquisa de campo no assentamento Nova Vida I, Sousa/PB e no acampamento Xique-xique, Monteiro/PB, em áreas próximas ao projeto de transposição do rio São Francisco.

Nessa pesquisa, foram utilizadas apenas as abreviaturas, como nos solicitaram as lideranças dos trabalhadores camponeses na área, para evitar qualquer tipo de perseguição contra os líderes locais. De acordo com JFS, 42 anos, agricultor do acampamento Xique-xique sobre a Transposição do rio São Francisco, argumenta que:

Falando eu (...) da transposição, é desnecessária a transposição na mentalidade do movimento, porque na nossa região tem muita água, não existe falta d'água na nossa região e é uma despesa muito alta que o governo ta fazendo, por, na realidade, uma questão desnecessária. A gente tem, você vê aqui, esse solo aqui, a gente tem aqui um açude com 100 hectares de água, é... temos mais cinco açude, é água suficiente pra cinqüenta famílias produzirem. Aí porque trazer mais água quando na realidade, tem, mantém o solo tranquilamente produzindo? É desnecessário, só vem a favorecer ao capitalismo, certo? Quem vai lucrar com isso é o agronegócio, que é exatamente o inimigo número um das comunidades carentes, né? Então é desnecessário. O movimento julga desnecessária a transposição do Rio São Francisco (05/2011).

É importante ressaltar que o projeto governamental da transposição do rio São Francisco, não vem sendo debatido amplamente nas regiões e cidades que são mais afetadas pela seca ou pela má distribuição de água. Nesse processo da transposição das águas do rio São Francisco, observamos que existem duas posições de destaque.

A que a captação d'água para a transposição deverá ocorrer para agravar, ainda mais, na região do Semiárido nordestino, os conflitos já existentes pela água. A segunda, encampada pelo Governo Federal e defendida pelos grandes latifundiários que defende a realização e à importância da obra.

Tanto o governo federal quanto os latifundiários detentores das maiorias das terras e do agronegócio existentes na Região do Semiárido nordestino, asseguram que a Transposição das águas do Rio São Francisco, vai levar água

para camponeses, trabalhadores e trabalhadoras sem terras, pequenos agricultores e cidades que sofrem com a falta d'água nos períodos de secas e ressalta que a obra vai democratizar o uso da água.

Observar-se que na região do Semiárido da Paraíba e Pernambuco não há uma inexistência de água, mas, uma má distribuição dessa água, no trajeto entre as cidades de Sousa, Monteiro, apresenta grandes açudes dentro das extensas poções de terras totalmente improdutivas e abandonadas, no mesmo trajeto encontramos plantação de monoculturas totalmente irrigadas.

O contraste visível no acampamento Xique-xique ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras (MST) e no Assentamento Nova Vida I ocupado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), lugares com enormes dificuldades em relação à água, com trabalhadores e trabalhadoras consumindo água inadequada para o consumo humano (Figura 6).



Figura 6 - Problemática da água, no uso e o seu controle no assentamento Nova Vida I, Sousa (PB). Fonte: Pesquisa de campo, imagem do autor, 05/2011.

Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores no acampamento Xique-xique e no assentamento Nova Vida I, é a impossibilidade de irrigação em suas plantações, de subsistência dos próprios trabalhadores e trabalhadoras sem terra.

Entrevista com o líder do Acampamento Nova vida I, Sr M.V.N., 52 anos, agricultor, enfatiza que:

Eu vejo uma coisa na transposição do rio São Francisco. Já é realidade hoje as obras em andamento, já é uma realidade. Mas eu vejo a outra parte, temo eu que aconteça como a várzea de Sousa hoje, essa pequena transposição que traz tanto problema, que hoje, até hoje, não vemos nenhum pequeno ser beneficiado. Nós vemos aí as grandes fazendas, você sai daqui pra Poço Cavallo, é, nessa região nós passamos por rios, riachos perenes dentro das fazendas dos grandes fazendeiros, nós vimos isso! Quer dizer, vão beneficiar os grandes. Temo eu que o Rio São Francisco possa acontecer a mesma coisa, e que os pequenos são pobres, cada vez pobres vai ficar, é minha ponto de vista, e cada vez mais vai crescer o número de pessoas que vai ficar sujeitas a latifundiário. Vai voltar a burguesia de novo! Os grandes sendo levados nas costas dos pequenos. Eu vejo o Rio São Francisco hoje dessa maneira (05/2011).

Infelizmente os conflitos continuarão a crescer na região do Semiárido nordestino por falta de políticas públicas voltadas para a solução de conflitos nessa região. Esses conflitos tanto por água quanto por terra, no campo não vão ser reduzidos porque infelizmente há uma disputa entre os latifundiários, grileiros e os camponeses e trabalhadores sem terra, mesmo que o país feche os olhos por isso, a disputa e a violência continuarão.

O campo nordestino continua caracterizado pelos conflitos, cuja sua discricção pode ser definida como diversa, porém nesse contexto atual podemos falar na inexistência de políticas públicas efetivas de reforma agrária, acompanhadas de projetos, tipo a transposição de água, sem a participação dos movimentos sociais.

Nesse contexto, que comparecem os movimentos sociais de lutas pela água e pela reforma agrária, ocupando através de acampamento e assentamentos, as terras devolutas e improdutivas de particulares a exemplo dos grandes latifundiários improdutivos que não são seus legítimos proprietários encontrados nessas regiões nordestinas. As diversas formas de lutas desse movimento não se dão apenas na esfera de assentamento. Outras formas de resistência do movimento, existentes são o fechamento de rodovias, ocupações de prédios públicos, na tentativa de chamar as autoridades para os problemas e reivindicações dos camponeses.

Os conflitos não se limitam à apenas a luta de trabalhadores sem terra e latifundiários, é visto também dentro dos próprios assentamentos e acampamentos, pessoas que se sentem desmotivadas querendo deixar a terra em decorrência dos

conflitos existentes, da falta de condições de trabalho e moradia, ou simplesmente do desamparo vivido pelas famílias camponesas sem terra, água e trabalho e só lhes resta uma lona preta e varas para a montagem de uma barraca, muitas vezes as margens de uma rodovia federal ou estadual.

Isso só demonstra a precarização da vida social dos trabalhadores e trabalhadoras dos acampamentos e assentamentos, reforçando o abandono do homem do campo dos assentamentos e de suas terras. Desse modo, destaca-se o quanto é importante colocar em evidência os conflitos existentes no campo, que o governo tenta tanto esconder, sabemos também que o estado, o poder econômico escondem da sociedade os principais motivos desses conflitos.

A luta pela terra e pela água tem promovido uma revalorização do campo como espaço da vida. A construção do modelo de desenvolvimento capaz de garantir aos nordestinos do semiárido, condições dignas de vida, passa pelo campo. Todavia, prevalece na sociedade uma visão que considera o campo lugar de atraso, e de pobreza do interior nordestino. Nos estudos de Lima (2008) podemos comprovar tais argumentações:

A realidade agrária e as ações políticas desses movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária tanto no Brasil quanto na Paraíba se expressa hoje num contexto de complexidade que precisa ser analisado com mais profundidade pelo governo do estado, governo federal, sociedade civil e pelos próprios movimentos com objetivos comuns. Isso deve ser visto tanto em escala estadual, quanto federal. Trata-se de uma leitura de conjunto que vise à situação socioeconômica e infraestrutura dos assentamentos de reforma agrária já consolidada, assim como a observação da situacional de miséria que enfrentam os acampamentos territórios que antecedem os assentamentos. Essa realidade agrária expressa com maior ênfase neste espaço acampamentos e assentamentos. (LIMA, 2008. p.6).

O autor continua argumentando que no Brasil o quadro é ainda mais grave num período marcado pela mundialização e financeirização dos capitais, o que tornou obsoleto tratar de modo independente os três setores tradicionais da economia indústria, agricultura e serviços dada à enorme interpenetração entre essas atividades, a exemplo dos complexos agroindústrias.

A necessidade de elevação da produtividade dos capitais em nossa região vem ocorrendo então, fundamentalmente através de reorganização da produção, da relação dos números de trabalhadores, da intensificação da jornada de

trabalho dos empregos, do sistema e produção dentre outros elementos. Fernandes [s.d.] em seu artigo sobre modelos de desenvolvimento em conflitos: o agronegócio e a via camponesa considera que:

O agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista (...). O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da concentração de terras e do atraso político econômico. Para o autor o latifúndio oligárquico esta associado com terras que não produz que devem ser utilizadas para reforma agrária (FERNANDES, [s.d.], p.1-2).

Na área de pesquisa é possível observamos todas as argumentações teóricas levantadas por Fernandes. Só que nesse caso a situação ainda se torna mais complexa, pois estamos diante de um quadro ambiental, extremamente crítico, quando se trata de um recurso natural indispensável à agricultura como a água.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador e excludente para dar relevância e destacando o aumento da produção e da riqueza. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo (FERNANDES, [s.d.] p 2).

No semiárido paraibano, água é algo de difícil acesso, se tornando uma mercadoria para os grandes produtores do sistema capitalista, utilizada em benefício de poucos, não tendo assim seu uso social amplo, enquanto que os camponeses, mal conseguem água para as necessidades diárias (Figura 7).



Figura 7- A água disponível para o agronegócio no Sertão da Paraíba
Fonte: Pesquisa de campo, imagem do autor, 05//2011.

A imagem demonstra claramente o que argumentamos apresentado teoricamente ao longo do estudo e que se repete na voz dos camponeses locais. Configura um quadro relativamente novo, em pleno sertão, com a monocultura de milho altamente tecnificada, através da mecanização e da irrigação por pivô central e uso de elevado desse recurso natural para uma região com elevada escassez de água. Bem próximo a essa plantação de milho, localiza-se o Assentamento Nova Vida I, completamente desassistido de tais técnicas, tendo como fonte de água, poços rudimentares e artesianos ou o tradicional carro pipa, muito comum em toda a região nos períodos de longa estiagem.

A agricultura camponesa não produz uma única cultura e nem utiliza de insumos, seu potencial é a produção de alimentos que esta a diversidade e no uso de recursos naturais. Nas regiões onde há pequenos agricultores, a desigualdade é menor e os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

Para Wanderley (2000), a maior parte da população que trabalha no campo esta ocupada na agricultura familiar. Fica com a menor parte do território e é subordinada através da renda capitalizada da terra, que empobrece os camponeses e gera o aumento da miséria no campo e na cidade.

Hoje os agricultores familiares são percebidos como portadores de outra concepção da agricultura, diferente e alternativa à agricultura tradicional, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. A forte e efetiva demanda pela terra se traduzem na emergência de um setor de assentamentos de Reforma Agrária. Uma das principais consequências dos dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida expresso na retomada da reivindicação por permanência ou retorno à terra. Esta “ruralidade” da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoada e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores (WANDERLEY, 2000. p.29).

A luta pela terra tem promovido uma revalorização do campo como espaço da vida. A construção do modelo de desenvolvimento capaz de garantir aos nordestinos do semiárido, condições dignas de vida, passa pelo campo. Todavia, ainda a visão que prevalece na sociedade e a que considera o campo lugar de atraso, do interior.

A Geografia quando se aproxima de temas socioeconômicos, envoltos essas questões do planejamento, apresentam diferentes tipos de argumentos para os nossos estudos. Do ponto de vista de uma obra da dimensão que representa a transposição do rio São Francisco. Com bilhões de reais, envolvidos e um forte apelo social para a resolução histórica do problema da escassez de água do Nordeste brasileiro. Fica entendido no decorrer da implantação do projeto, que o apelo à politicagem eleitoral, é mais importante que a obra em si.

Na medida em que os agricultores, camponeses, moradores das regiões por onde passaram as obras da transposição surge em meio a população um misto de esperança e de frustração, pois todos estão com os noticiários na “ponta da língua”, e ficam a escutar os partidários da transposição, alardeado que esta obra será a redenção do Sertão nordestino.

Por outro lado, observam que os recursos estão sendo gastos e a obra que não sai do papel, e até mesmo nos trechos onde foram iniciadas. O que existe é uma imagem de abandono de trechos inteiros e materiais de construção que não foram utilizados, aos montes se estragam nas proximidades dos canteiros de obras.

3 AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA E PELA ÁGUA.

A partir do projeto em execução busca-se compreender de modo parcial a visão de parte dos indivíduos que habitam nessas comunidades de agricultores acampados e assentados, dando ênfase a uma breve caracterização da localização geográfica, a estrutura, do acampamento e assentamento, tendo como foco principal a disponibilidade da água e como se posicionam a respeito da transposição do rio São Francisco, que no Eixo Leste da transposição, cobre terras dos estados de Pernambuco e da Paraíba.

Então, diante de uma obra que já quase ultrapassou uma década, com centenas de atropelos técnicos, ambientais e de continuidade, criando nos grupos sociais locais, um descrédito e críticas, pois ao invés de obras, existem trechos e mais trechos completamente parados, lentos e que todos sabem consomem milhões de reais do erário público, para empresas e empresários, que ganharam concorrências licitatórias, mas na prática, não cumprem termos. Por outro lado, os órgãos fiscalizadores, do governo federal nada fazem para a efetivação do projeto.

Outro problema vinculado à questão da água é a má distribuição de terra, que no Brasil, tem razões históricas. A luta pela terra e pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais.

Segundo Conca (2008) a questão fundiária atinge interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre latifúndios e minifúndios, estes últimos controlados pelos agricultores familiares e trabalhadores em assentamentos da Reforma Agrária. Os conflitos ocorridos por causa da água tratam-se de uma questão social, tendo em vista que esse recurso apresenta diversas funções: é uma necessidade humana de forma vital tanto para os seres vivos, quanto aos ecossistemas fluviais, considerada na maioria dos casos como um símbolo cultural e uma mercadoria no setor comercial.

De acordo com Moreira; Targino (1997), a questão agrária na Paraíba é fruto de um processo histórico implantado no Brasil, desde o período colonial. Essa mesma linha de raciocínio e argumentação teórica também é apresentada por Oliveira (1990; 1995) uma análise geográfica sobre as lutas no campo e o modo capitalista de produção e agricultura. Assim, esses estudos demonstram claramente os conflitos por terra no Brasil.

Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios para os governos do Brasil. O problema agrário no país está na concentração de terra, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio improdutivo. O Brasil é um campeão em concentração de terras, juntando tanta terra na mão de poucos e vastas extensões improdutivas. Juntando-se a isso, existem meios técnicos extremamente degradadores, como atear fogo ao campo, degradando o solo e prejudicando o meio ambiente.

Para Lemos (1996), o Golpe Militar de 1964, veio com tudo para destruir o sonho e a ideologia camponesa, proporcionada pelo movimento das Ligas Camponesas. Em sua Obra – NORDESTE o Vietnã que não houve - Ligas Camponesas e o golpe militar de 64. O livro é um retrato do que houve contra os trabalhadores rurais, contra a democracia brasileira e contra a reforma agrária de fato. Em um país que na época era predominantemente agrário, centenas de líderes camponeses foram presos, torturados e dezenas dos principais líderes foram assassinados ou simplesmente desapareceram nos porões do Regime Militar brasileiro, que durou de 1964 a 1986.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Os verdadeiros focos de luta da CPT foram os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista.

A CPT teve e ainda têm um importante papel para os camponeses nordestinos, pois atrelada a luta pela terra, nas áreas mais secas, passou a lutar pela democratização do direito a água. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado.

O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. É por isso que a CPT conseguiu desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em sua ação explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades.

3.1 A transposição do São Francisco na visão de assentados e acampados em território paraibano

O Assentamento Nova Vida I localizado no município de Sousa/ PB, está organizado com a participação de cinco líderes, na busca de melhores condições para os assentados no que diz respeito: a moradia, a distribuição de água para o abastecimento doméstico e plantações agrícolas, além da efetivação da educação no campo, os registros de posses de terra e dentre outros. Este assentamento segue a linha de pensamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que desenvolve trabalhos nos assentamentos a serviço da pastoral, com o objetivo de defender os direitos humanos dos trabalhadores da terra.

Nas várzeas do município de Souza, próximo a cidade de Aparecida/ PB encontra-se cerca de 93 famílias assentadas que sofrem inúmeras dificuldades tais como: moradias inadequadas, na educação, a disponibilidade de água, ausência de saneamento básico, problemas de saúde ocasionados pela contaminação da água.

As moradias do assentamento são de taipa, palhas ou outro material semelhante não dispõe de uma infraestrutura adequada, que na época do verão podem a não vir sofrer muito, mas, já no inverno alguns moradores articularam que já chegaram a perder alguns bens materiais.

Os assentados baseiam-se no cultivo agrícola de subsistência de milho, feijão, melancia, gergelim, mas o excedente desses produtos é comercializado as margens da BR-230, e a produção do algodão colorido são comercializadas para uma empresa. Além da criação de animais para consumo próprio.

Por não haver instituição de ensino que proporcione a educação dos assentados, estes com ajuda política da cidade próxima Aparecida/PB que sedem transportes para os mesmos exercerem as atividades educativas em suas escolas, adquirindo um conhecimento fornecido por um ensino burguês e se distanciando da sua realidade que é o meio rural.

Em relação aos assentamentos, podemos observar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido de apoios como a CPT e outros movimentos sociais no campo, em muito contribuiu para essa consciência da luta pela terra e também, no caso do Sertão nordestino, da luta pela água. Em Entrevista com coordenador do Acampamento Xique-xique, O Sr. A.J.S, 44 anos, agricultou nos fala sobre a Luta pela Terra:

E a questão da luta pela terra, a gente tem nas favelas das cidades, pessoas desempregadas sem moradias, certo? Em nível de consciência, cada vez mais se degradando. Então o movimento com uma consciência formada politicamente né? Vem colhendo essas pessoas, fazendo um trabalho de consciência, formando os acampamentos e conscientizando essas pessoas, pessoas que já vem da agricultura, ou seus antepassados são pessoas da agricultura que foram expulsos do campo por falta de um pedaço de solo para trabalhar, e o MST com seu nível de consciência transformado, vem pra colher essas pessoas, selecionar as condutas ou transformar as condutas, muitas vez a gente pega pessoas lá na cidade que não tem uma conduta contínua, a gente pega, a gente faz um trabalho de base, um trabalho de conscientização e essas pessoas vem a ser assentada numa terra com a gente, é difícil é isso é, porque nosso inimigo é o capitalista, é o agronegócio, certo? Que são os que decreta guerra contra a gente, os grupos estrangeiros que estão aí e que vem com meio mundo de dinheiro, vem lá dos Estados Unidos, vem aí de outros países e luta para cada vez mais escravizar o nosso povo (Entrevista realizada em 05/ 2011).

O assentamento Nova Vida I segue a linha de pensamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que desenvolve trabalhos nos assentamentos a serviço da pastoral, com o objetivo de defender os direitos humanos dos trabalhadores da terra (Figura 8).



Figura 8 - visão parcial do assentamento Nova Vida I, Sousa /PB.
Fonte: Pesquisa de campo, fotografia do autor, 05/2011.

A intervenção dos governos e o processo de exclusão nesses territórios ocupados por trabalhadores e trabalhadoras sem terras, podemos fazer aqui uma comparação entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e o de Luiz Inácio Lula da Silva, no governo de Fernando Henrique Cardoso verifica-se, nos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA, 2011) que em seis anos foram assentadas 373.210 famílias em 3.505 assentamentos.

Entre os assentamentos incluem-se as regularização fundiárias e são as posses e os projetos de reforma agrária. A pressão feita pelos movimentos de luta pela terra com a ampliação das ocupações pressionou o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a reforma agrária antes de ser uma política pública propositiva do governo é a necessidade de respostas à pressão dos movimentos de reforma agrária. No governo Lula vem comprovar o fracasso da reforma agrária no Brasil, a verdade é que não existe reforma agrária nenhuma o pouco que estão fazendo em nome de reforma agrária é botar gente cadastrada no lugar dos que abandonam os lotes por falta de condições de sobre vivencia (INCRA, 2011).

A verdadeira política agrária do governo Lula, como do governo de FHC, foi de beneficiar o agronegócio, é fortalecer o latifúndio e dar dinheiro para eles. Com a demagogia de critérios para a agricultura familiar Lula diz que ninguém fez

mais pelo campo do que ele. Realmente os latifundiários e a burguesia agrária nunca foram tão beneficiados como no governo Lula. Dentro dos dois governos, quanto aos camponeses pobres e sem terras o que se viu foi à proteção do direito dos latifundiários e a perseguição do movimento camponês.

Em relação à questão da água no sertão nordestino, ambos apontaram para paliativos, pois o projeto de transposição do rio São Francisco, que serviu de ancora para eleger Lula por dois mandatos consecutivos, além de projeto polêmico e reprovado em relação aos seus impactos ambientais, se transformou em uma obra faraônica que já fez mais de uma década e não atingiu nenhum dos seus objetivos regionais, em melhor distribuir água aos sertanejos.

3.2 A distribuição e a qualidade da água no Assentamento Nova Vida I

Na abordagem sobre as dificuldades ao acesso de água potável, e as vulnerabilidades de riscos a saúde da população, a disponibilidade, ou seja, o grau de engeribilidade da água que é acessível aos assentados, nesta temática um dos líderes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mencionou que: a água de poços disponibilizados por programas sociais é imprópria para beber, por ter o seu coeficiente salinar alto, sendo comprovados registros de casos que põem em risco a saúde humana como: diarreia, cólera e sensibilidade na arcada dentária dos moradores por isso, a água é apenas utilizada nas atividades domésticas.

A prefeitura de Aparecida/PB fornece semanalmente cinco carros pipas totalizando um valor aproximado de 40.000 mil litros de água e quando falta, as dificuldades dos moradores se torna maior utilizando-se de bicicletas vão para as cidades mas próximas, ou a noite de forma discreta invadem propriedades de alguns latifundiários em busca do recurso hídrico (Figura 9).



Figura 9 - reservatórios de água no assentamento Nova Vida I, Sousa/PB.
Fonte: Pesquisa de Campo, imagem do autor, 05/2011.

Como se sabe, a água suja mata. E isso ocorre no planeta em grande escala e o principal assassino é bem conhecido: a diarreia. Nos países em desenvolvimento, cerca de 4 milhões de pessoas são afetadas anualmente, e muitas delas, na maioria das crianças, morrem em consequência da desidratação que acompanha os casos de diarreias graves e sem tratamento. Esse mal é facilmente tratado com sais dissolvidos em água. Mesmo assim, a Organização da Mundial da Saúde estima que, atualmente, a água impura, o saneamento precário e as péssimas condições de higiene causam a morte de 200 pessoas a cada hora, ou seja, 200 pessoas todas as horas todos os dias, de todos os anos (CLARKE; KING, 2005 p.47).

De acordo com arguições da Sra. M.L.S.S., 54 anos, agricultora e dona de casa, a respeito de quem seria beneficiado com a transposição do Rio São Francisco, e qual o seu posicionamento a respeito do projeto de irrigação para as produções agrícolas e o abastecimento interno o afirmou que:

A transposição do Rio São Francisco já é uma realidade as obras em andamento, mas eu vejo outra parte temo que aconteça igual a várzea de Souza hoje, essa pequena transposição que traz tantos problemas não vemos nenhum pequeno ser beneficiado, vemos ai as grandes fazendas daqui você saindo daqui para pôr os cavalos, na região nós passamos por rios, riachos perenes dentro das fazendas dos grandes fazendeiros nós vemos isso, temo eu que no rio São Francisco possa acontecer a mesma coisa e os pequenos que são pobres, cada vez pobre vão ficar, e cada vez mais vão crescer o número de pessoas que vão ficar sujeitos aos grandes latifundiários, vai voltar a burguesia de novo os grandes levados nas costas dos pequenos, eu vejo o rio São Francisco trazer uma miséria para o nosso alto sertão, isso é a minha visão cada um tem a sua e essa é a minha (Entrevista, gravada em 15 de Maio de 2011, trabalho de campo do componente curricular do Estudo do Espaço Agrário).

Segundo o entrevistado o projeto da transposição do rio São Francisco, não irar beneficiar o pequeno produtor da agricultura familiar e sim os grandes latifundiários detentores de terras nas proximidades do canal que irão tirar proveito dessa situação para o fortalecimento do agronegócio e assim, reprimir os trabalhadores camponeses.

3.3 Caracterização e localização do Acampamento Xique-Xique

O acampamento xique-xique recebe esse nome por conta da vegetação por significar símbolo de resistência, se baseia nos princípios propostos pelo Movimento dos Sem Terra (MST), que tem tais objetivos: lutar pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Percebe-se que para mostrar que são seguidores desse movimento eles utilizam-se de tais símbolos: a Bandeira e um Sino.

Informações de acordo com o site do (MST) A Bandeira que é composta de tais cores:

Vermelha que representa o sangue que correm em nossas veias e a disponibilidade de lutar pela Reforma agrária e a Transformação da sociedade;

Branca que representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos;

Verde que representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos;

Preta que representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade e tais elementos:

E por tais elementos: o mapa do Brasil representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país, a figura de um trabalhador e uma trabalhadora representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras. e o facão representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

O sino é utilizado como forma de aviso de que irá haver uma reunião com os acampados ou que têm visitantes.

Em termos de localização geográfica o acampamento está situado em Monteiro/PB na antiga fazenda Monconha com uma área de aproximadamente 1.883 hectares, cerca de 30 hectares por família onde estão acampadas cerca de 50 famílias.

As condições sociais dos acampados são: moradias, sem estruturas adequadas, pois moram cerca de 4 famílias ou mais em cada casa, a ineficiência de políticas públicas em oferecerem uma água de boa portabilidade, saneamento básico, na área educacional os alunos se deslocam do acampamento até a cidade vizinha pela ausência de escolas no campo, na produção não produziram nada pois, o local ainda encontra-se com animais bovinos e caprinos do antigo dono o fazendeiro, para obterem renda vendem um vegetal denominado de algoroba.

3.4 Disponibilidade de água no Acampamento Xique-Xique

Para o consumo doméstico a água é fornecido aos moradores é de um poço artesiano e chega até eles por meio da energia eólica por meio de um cata-vento que leva a água até os moradores.

A água para ingerir é disponibilizada de um açude com cerca de 100 hectares que não é permitido que a comunidade se aproximasse, para tomar banho nem pescar, pois eles preservam até os peixes desse ambiente fluvial (Figura 10).



Figura 10 - Açude do acampamento Xique-Xique, Monteiro/PB
Fonte: Pesquisa de campo, imagem do autor, 05/2011.

Segundo Ab' Sáber (2005) nas discussões que ora se tratavam sobre a questão da transposição de águas do São Francisco no setor do Nordeste seco, existem alguns argumentos tão fantasiosos e mentirosos que merecem ser corrigidos em primeiro lugar. Referimo-nos ao fato de que a transposição das águas resolveria os grandes problemas sociais existentes na região semiárida do Brasil. A outra questão é o controle sobre a água, se esta é controlada de maneira privada ou esta sob o controle de um coletivo.

Na opinião de um dos líderes do Acampamento Xique-xique sobre a transposição do rio São Francisco. Sr. J.EP. 47 anos, agricultor:

É desnecessária a transposição na mentalidade do movimento porque só vem a favorecer ao capitalismo quem vai lucrar com isso é o agronegócio e é exatamente o inimigo número um das comunidades carentes, eu até uma vez cheguei a dar uma entrevista para um jornal de São Paulo dizendo o seguinte que: “não existe sangue suficiente em um corpo, que agente enfia uma faca na sangria dele e esse corpo possa se manter vivo durante todo o tempo com certeza vai chegar uma hora que esse corpo vai esgotar o sangue que a gente tem.” A gente sabe também que o Rio São Francisco também é um corpo como os outros rios tem ai no nosso solo e vai até morrendo pode ser difícil, mas, pode acontecer no futuro, então é totalmente desnecessário a questão da transposição essa é a visão do movimento (Entrevista gravada em, 16 de maio de 2011 trabalho de campo do componente curricular do Estudo do Espaço Agrário).

De acordo, com os movimentos sociais essa transposição não é prioritária, pois esse projeto beneficiará principalmente as elites agrárias regionais. Tanto os camponeses assentados, quanto os agricultores sem terra, acampados, são de opiniões convergentes em relação à transposição.

Apesar das muitas propagandas governamentais, em relação à transposição, na prática, tanto em rádio, quanto em televisão. Dessa forma, o enfoque político da transposição e o papel de mediador de conflitos sobre a destinação dos recursos hídricos na região Nordeste, assumido pelo governo federal e complementado pelos governos estaduais, fica evidente nos trechos do projeto que descrevem os benefícios da obra, como por exemplo, os existentes entre Paraíba e Rio Grande do Norte em relação à Bacia do Piranhas-Açu, e os gerados pela alta demanda hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza (AGUIAR, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos de questão agrária vem de imediato em nossa cabeça como Reforma Agrária é um dos pontos centrais os conflitos por terra e água no nordeste. Mas, para resolver essa problemática, nós precisamos, além da Reforma Agrária, fortalecer os processos culturais, dentre eles, os saberes locais, entendendo como o conhecimento da realidade das comunidades que vivem no campo.

Em relação aos camponeses do semiárido nordestino, precisamos valorizar o que existe e criar novos valores, porque não somos estáticos no tempo, a sociedade muda, acompanhar esses novos processos, com nova mentalidade é um desafio que as comunidades rurais enfrentam.

Além da Terra, precisamos também aprofundar a discussão sobre outros elementos, como a água, pois sem a água não podemos produzir nada, não teremos vida. A biodiversidade sem água não existe, precisamos discutir o direito ao acesso e ao controle da água existente nesses territórios e garanti-la para as comunidades e a todos os povos que estão no campo.

Outra luta que se deve enfrentar é pelos direitos ao trabalho, à cidadania, a participar, interferir, de agir politicamente para que os cidadãos envolvidos em todas essas lutas de que estamos analisando sejam cada vez mais fortes. Estes são lemas que podemos observar dentro do movimento camponês liderado pela CPT e o MST.

Portanto, ressaltamos que o conflito pela água discutido no trabalho de campo é uma dificuldade para alguns assentados do assentamento nova Vida I, que recebem água de poços artesianos para o uso doméstico e por carros pipas vindo da cidade vizinha para o consumo já por outro lado os acampados do acampamento xique-xique utilizam para o consumo a água de poços e para beber é de açudes. Nas discussões feitas a respeito da transposição do rio São Francisco a maioria deles explanaram ser terminantemente contra e que só beneficiaria os grandes fazendeiros latifundiários, na construção do canal de transposição é notório os impactos ao meio ambiente.

É de suma importância ser feito um processo de revitalização para evitar que águas transpostas se contaminam por haver rios ainda com grande concentração de efluentes domésticos, em seguida realizar um estudo de como construir um canal de

modo que afetasse minimamente o meio natural, distribuir os recursos hídricos de forma igualitária para os latifundiários e os pequenos produtores rurais, utilizando essas medidas seriam amenizados o conflito pela água. Pelo visto muitas lutas ainda vão se travar, porque os movimentos tanto de luta pela terra como pela água não conhece medo. Sabemos que os trabalhadores rurais sem terras irão para luta dentro da razão, irão travar qualquer batalha, qualquer luta que for necessária e não vão abrir mão dos seus direitos a terra e água.

Em linhas gerais, “os rasgos na terra sertaneja”, aparece como discurso para a redenção dos nordestinos da seca, se configura como politicagem, pois entre 4 e 9 bilhões de reais estão envolvidos no projeto, mas os movimentos sociais e ambientais percebem claramente que a transposição é uma obra para beneficiar as elites regionais e as empreiteiras de plantão, que ganham milhões dos cofres públicos, sem compromisso social efetivo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. **Geopolíticas da transposição**. Jornal do comércio de Pernambuco e na folha de São Paulo. Associação Brasileira de Pesquisadores em jornalismo (UFM), São Luís, 2010.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 1974.

AB'SABER, N.A. **A quem serve a transposição do São Francisco?** 2005. Disponível em <www.respeitoaovelhocico.com.br/noticias_07.html>. Acesso em 18/03/2011.

CONCA, Ken. A nova face do conflito pela água. **Revista navigating peace**, nº 3, p. 1-5 abril, 2008.

CAMPOS, N.; STUDART, T. M. de C. Gestão da demanda. In: CAMPOS, N.; STUDART, T. M. de C (org.). **Gestão de águas: princípios e práticas**. Porto Alegre: ABRH, 2001. p. 63-80.

COQUEIRO, J.R. **O Semiárido Brasileiro**: lugar de vida do camponês/a. Caderno temático IV Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Revista Eletrônica de Cultura e Educação nº 6, v 1, p 47-60, 2012.

CLARKE, Robin; KING, Jannet. **O Atlas da Água**: o Mapeamento Completo do Recurso mais Precioso do Planeta. São Paulo: publifolha, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegócio e a via camponesa**. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflito_oagronegocio.pdf>. Acesso em 04/05/2012.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GLEICK, P. H. **Water Conflict Chronology**. Studies in Development, Environment and Security. The Pacific Institute, 2000. In: www.worldwater.org/conflict.htm. Acessado em: 04/04/2012.

INSA, Instituto Nacional do Semiárido. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande/PB: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 2012. Disponível em <<http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf>>. Acesso, 10/01/2014.

LEMOS, Francisco de Assis. **NORDESTE o Vietnã que não houve - Ligas Camponesas e o golpe militar de 64**. João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB, 1996.

LIMA, Eduardo Carlos de, AMORIM, Caio Augusto Maciel, THOMAZ JR, Antonio. **Movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo**. Diez años de câmbios em el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

MAGALHÃES, Tânia; OLIVEIRA, Cecy. **Relatório Parcial da Comissão de Estudos dos Aspectos Hidrológicos do Projeto da Transposição do São Francisco** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Julho, 1999).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL. **Subsídios para elaboração do plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Caatinga**. Brasília: MMA, 2011. 118.p.

MOREIRA, Emilia de Rodat. TARGINO, I. **Capítulo de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa**: Editora Universitária da UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e Agricultura**. São Paulo, Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1990.

ROSS, J.L.S. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2009. 208 p.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. a valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In **Desenvolvimento e meio ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade natureza**. Curitiba; Editora da UFPR, 2000.

Sítios consultados:

<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco> Acesso em, Acesso em 20/04/2011.

<http://www.cptnacional.org.br/> Acesso em, 17/05/2011.

<http://www.incra.gov.br/portal> Acesso em, Acesso em, 06/02/2014.

<http://www.mst.org.br/> Acesso em 27/04/2011

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15600:pb-justica-da-ao-incra-a-posse-do-imovel-em-monteiro&catid=1:ultimas&Itemid=278 Acesso em 07/05/2011

<http://www.mst.org.br/dados-parciais-cpt-2010> Acesso em 17/05/2011

http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21:...
17/05/2011

http://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/semi_arido/semi_arido_brasileiro.pdf
Acesso em 20/02/2014